

A batalha contra a dívida pública

Muitos dos nossos leitores mais atentos certamente se sentiram preocupados e até mesmo acabrunhados com a notícia que demos ontem sobre o aumento da dívida pública neste ano, da ordem de 54% sobre o ano passado, e que deverá saltar de R\$ 231 bilhões para R\$ 356 bilhões.

Trata-se de uma cifra que representa cerca da metade, ou pouco mais, do Produto Interno Bruto (PIB), quando os esforços e as intenções da equipe econômica têm sido de trazer o estoque da dívida para algo em torno de 32% do PIB.

A consequência desse extraordinário aumento no estoque da dívida pública, assinalada pelo relator do Orçamento Geral da União, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), é que a conta de juros e encargos correspondentes, no próximo ano, será 4,4 vezes maior do que os recursos destinados a investimentos – R\$ 37,2 bilhões, ante R\$ 8,4 bilhões. E note-se que o valor previsto para investimentos já é 20% menor do que o que foi alocado neste exercício de 1997. Mesmo o valor dos juros reais líquidos a serem pagos (isto é, descontados os juros que o governo receberá), cerca de R\$ 21 bilhões, supera em muito o orçamento de investimentos. E a programação total de Encargos Financeiros da União (EFUs), para o ano que vem, que inclui juros, encargos e também amortizações, ascende à casa de R\$ 73 bilhões, praticamente o dobro do que será desembolsado neste ano.

Algumas ilações desconcertantes podem ser

retiradas dessas informações. A primeira delas é que a batalha contra os déficits fiscais e pelo ajuste das contas públicas não está sendo ganha, pois é evidente que o esforço nessa direção está sendo consumido, pelo menos na área federal, pelo crescente peso do serviço sobre o estoque da dívida.

A segunda coisa é que do ponto de vista do conjunto da atividade econômica os gastos com juros e encargos acabam sendo neutros, pois es-

**Registra-se
neste ano
preocupante
aumento da
dívida pública
interna**

se dinheiro vai para os credores do setor público, irrigando o setor privado. Mas a retração do orçamento de investimentos provocada por esse fato prejudica em última análise as camadas mais desassistidas da população, pois são as que mais dependem e se beneficiam dos empregos gerados pela administração e da assistência prestada pelos serviços públicos.

Em terceiro lugar, conforme se observa na tabela que publicamos, o que mais aumentou no período foi a dívida mobiliária interna (de R\$ 123 bilhões para R\$ 235 bilhões), pois a dívida contratual (com fornecedores) e a dívida pública externa permaneceram sob relativo controle, com crescimento pouco significativo.

Deve-se considerar que parte do aumento de endividamento decorre da transferência de dívidas estaduais e municipais para o governo da União,

acrescida também de dívidas de empresas que foram privatizadas. E outra parte, da necessidade de “enxugar” os meios de pagamento internos, pressionados pelo ingresso de recursos externos.

As autoridades têm procurado reduzir o dispêndio com encargos dilatando os prazos de vencimento de títulos e procurando reduzir as taxas de juros. Pretende-se também abater parte do estoque da dívida, com recursos da privatização, o que resultaria numa economia anual de R\$ 3 bilhões na conta de juros. Isso leva o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, a acreditar que o atual aperto nos investimentos é temporário e poderá reverter-se em liberação permanente de recursos “em futuro não muito distante”. Por enquanto, essa é mais manifestação de um desejo do que meta ou prognóstico fundamentado.

O essencial é que se evite no próximo exercício outro avanço no estoque da dívida como o que tivemos neste ano. Na opinião do Tesouro Nacional, isso será possível e a previsão é de que a dívida mobiliária interna alcance R\$ 256 bilhões em 1998, ante os R\$ 235 bilhões previstos para este ano. Considerando que não deverá haver mais grandes transferências de dívidas e os recursos das privatizações e concessões poderão ser ainda maiores no próximo ano, podemos aceitar como plausível maior controle sobre o nível de endividamento daqui para a frente, fazendo votos, é claro, para que as pressões do ano eleitoral não resultem em novas derrotas nessa batalha. ■